

## DIREITO MUNICIPAL

**1344** PRINCIPAIS QUESTÕES AFETAS À INSTITUIÇÃO DE ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS, A DENOMINADA “ZONA AZUL”

Alexandre Massarana da Costa, Danilo Galan Favoretto

**1353** INELEGIBILIDADE DO ART. 1º, INCISO I, ALÍNEA G, DA LC Nº 64/1990 – RATIFICAÇÃO DO PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO PREFEITO PELA CÂMARA MUNICIPAL

Allan de Alcântara

**1360** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Competência legislativa suplementar dos Municípios em matéria de prevenção de incêndio e pânico

**1379** PERMISSÃO DE USO – CONCESSÃO DE USO – NECESSIDADE DE LICITAÇÃO – ENTENDIMENTO DO TCE – SP

**1383** BEM IMÓVEL – MUNICÍPIO – CONCESSÃO DE DIREITO REAL USO – REQUISITOS

## CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

**1386** DISPENSA DE LICITAÇÃO (DL) EMERGENCIAL: UM INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA E SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA OU UM MEANDRO PARA SOLUÇÃO DA INCÚRIA DO GESTOR PÚBLICO?

Fabricao Ferreira Oliveira

**1393** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Inexigência de registro no CRA para contratação de serviços de vigilância armada

**1401** INCENTIVOS FISCAIS – DOAÇÃO DE IMÓVEL – EMPRESA PRIVADA – REQUISITOS

**1404** DISPENSA DE LICITAÇÃO – SUBSTITUIÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE – RATIFICAÇÃO – DESNECESSIDADE

## FINANÇAS PÚBLICAS

**1406** O EMPREENDEDOR PÚBLICO DE MINAS GERAIS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MINEIRA

Bráulio Humberto da Silva, Geiza Gonçalves de Azevedo

**1417** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Exigência de lei para pagamento de honorários de sucumbência a procuradores municipais

**1430** LEI COMPLEMENTAR Nº 151 DE 2015 – DEPÓSITOS JUDICIAIS – TRANSFERÊNCIA AO TESOIRO DO MUNICÍPIO

**1432** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO – RECOLHIMENTO DO ISS – ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR – RETENÇÃO DO INSS – CESSÃO DE MÃO DE OBRA

## **OUTROS TEMAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**1436** CONTROLE PRINCIPOLÓGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. UMA (RE)DEFINIÇÃO DA LEGALIDADE – 2ª PARTE  
Nadielson Barbosa da França

**1451** O CONTROLE JUDICIAL DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DA LEGITIMIDADE E LIMITES DO CONTROLE EXERCIDO PELO PODER JUDICIÁRIO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS DO PODER EXECUTIVO NO EXERCÍCIO DA GESTÃO DA COISA PÚBLICA  
Bruno Fialho Ribeiro

**1457** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
Submissão das empresas controladas à realização de concurso público e licitação

**1462** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
Constitucional a extensão ao vice-governador dos impedimentos fixados aos deputados estaduais

**1464** TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INTERVENIENTE – DESCUMPRIMENTO

**1466** SERVIÇO EXTERNO – VEÍCULO OFICIAL – CONSIDERAÇÕES

**1468** ÍNDICE CUMULATIVO